

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário do Pará Class.: Madeira/Camp. Negro
 Data: 26/01/93 Pg.: A-6 116

Esquematzada operação conjunta Ibama-Funai-PF contra as madeireiras

A Polícia Federal, o Ibama e a Funai definiram na tarde de ontem os detalhes da operação que vai bloquear as estradas de acesso às reservas indígenas no sul do Pará, em cumprimento a liminar concedida pela juíza Selene Maria de Almeida, da 4ª Vara de Justiça de Brasília.

A reunião foi a portas fechadas na sede da Polícia Federal. O dia da operação não foi revelado pelo superintendente da PF, Roberto Porto, que alegou motivos de segurança. Mas deve ocorrer até a próxima quinta-feira, dia 28, quando encerra o prazo dado para o cumprimento da liminar.

No entendimento dos três órgãos envolvidos na operação, o prazo para cumprimento da liminar da juíza Selene Almeida só se esgota no próximo dia 28, por causa da data em que os órgãos foram notificados.

A juíza fez a notificação no último dia 15 e determinou que fossem montados postos de vigilância nas estradas abertas por madeireiros para impedir a retirada de madeiras nobres das áreas indígenas de Araweté, Apyterewa e Trincheira Bacajá.

Segundo o superintendente regional do Ibama, Reginaldo Anaissi, a estratégia para cumprimento da liminar da juíza Selene Almeida está pronta e só faltam os recursos serem liberados. O órgão enviará para o local três equipes formadas, cada uma, por um engenheiro florestal, dois agentes de fiscalização e um motorista. Essas pessoas serão deslocadas dos postos de Xinguara, Marabá e possivelmente de Parauapebas.

Verba

Anaissi disse que solicitou Cr\$ 127 milhões para despesas da operação de fiscalização, mas vai solicitar mais Cr\$ 23 milhões, totalizando Cr\$ 150 milhões, para recuperação de carros dos Postos de Controle e Fiscalização de Altamira, Xinguara e Marabá, onde será realizada a fiscalização por cerca de 15 dias.

"Tem que se cumprir a determinação da Justiça. Mas, este é um momento muito difícil tanto para os órgãos como para as madeireiras, se elas porventura estiverem lá dentro. É uma época que não se faz colheita de madeira, por causa da estação chuvosa, as estradas de circulação de caminhões que transportam madeira ficam intransitáveis", argumenta o superintendente do Ibama. Ele diz que a medida judicial é boa para verificação "in loco" da situação. "Mas não é eficaz porque precisa ser feita uma ação rotineira e não esporádica, além de necessitar se expandir para outras áreas indígenas, como a reserva Kaiapó", afirmou Reginaldo Anaissi.

Ele esteve semana passada em São Luís, com o chefe do Departamento de Fiscalização Nacional do Ibama e pediu a reativação do Projeto de Fiscalização Integrada em Áreas Indígenas do Pará, proposto desde junho do ano passado. Reginaldo Anaissi diz que a rotatividade na administração do órgão, que de junho para cá já teve três presidentes, e o contingenciamento de recursos, atrapalharam a viabilização do projeto.

Retirada ilegal

A retirada ilegal de madeira de áreas indígenas é um fato, afirmou Anaissi. "Ainda não conseguimos atribuir responsabilidades, por causa da falta de estrutura, conivência de outras instituições e até em administrações passadas do Ibama" admite. "Quando fazíamos o trabalho de fiscalização, encontrávamos madeiras, que com certeza eram de reservas indígenas, já esquentadas por projetos de manejo, notas fiscais, etc., de modo que nunca conseguimos pegar ninguém em flagrante", afirmou.

No entendimento do superintendente do Ibama, o documento entregue pela Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará ao ministro do Meio Ambiente, Coutinho Jorge, onde se comprometem a não comercializar madeiras retiradas de áreas indígenas é "uma confirmação de que havia a retirada ilegal de madeira e é uma postura que ajudará a instituição a fazer o trabalho de fiscalização", assegurou.

Se não adotassem essa medida, disse Anaissi, os madeireiros exportadores corriam o risco de terem o mercado externo fechado, pois há uma pressão muito grande de organismos internacionais na questão. Independentemente da posição dos madeireiros, ele diz que o Ibama está averiguando a questão e se ficar comprovado o envolvimento de qualquer empresa madeira, esta será autuada ou então sofrerá as medidas previstas na legislação que obriga reparos pelos danos causados ao meio ambiente.

Kalapó

Para Reginaldo Anaissi, um dos argumentos usados por líderes indígenas na época do caso Kaiapó, de que se o líder Kaiapó fosse preso, a tribo bloquearia a exploração de madeira na área, "é a confirmação de que havia a exploração ilegal na reserva, e que o fato era do conhecimento dos líderes". "O ex-prefeito de Redenção chegou até a declarar que a atividade madeireira gerava 42% da receita do município, quando toda a extração de madeira nobre de área indígena é ilegal", ressaltou Anaissi.

Ele diz que as administrações passadas da Funai abriram precedentes quando avaliaram contratos de exploração de madeira em reservas indígenas e isso pode ter gerado este problema.

"É comprovado que Paulinho Kaiapó, o finado Tutu-Pombo e outros líderes concediam a exploração de madeira na reserva Kaiapó. Inclusive, eles tinham avião, carros, antena parabólica. O problema era que quando nós vamos checar, havia artifícios de se enbrulhar informações para que nós não chegassemos a atribuir responsabilidade", frisou Anaissi. Ele disse que na época do caso Kaiapó falou-se na retirada de 100 mil metros cúbicos de madeira da reserva Kaiapó, o que daria cerca de quatro milhões de dólares. "Nos faltou instrumentos para fazer atribuição de responsabilidade. Já que a exploração é fato. Se nós tivéssemos que fazer autuação, teríamos que autuar a Funai", ressaltou o superintendente do Ibama.